

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Adriana Gomes de Lima ¹
Sanduel Oliveira de Andrade ²

RESUMO

Nos primeiros meses do ano de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, os estabelecimentos de ensino em praticamente todo o planeta suspenderam suas atividades presenciais, passando a atuar de forma remota. No Brasil, o Ministério da Educação estabeleceu que, enquanto perdurar o período pandêmico, seria adotado o Ensino Remoto Emergencial, obrigando os docentes e discentes a fazerem uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação para realização das aulas e cumprimento do calendário escolar. Entretanto, essa abrupta mudança gerou desconfortos. Muitos docentes se depararam com tecnologias que não faziam parte do seu cotidiano, como gravações, edições e postagens das aulas em plataformas de streamings, bem como, a criação de um ambiente virtual de aprendizagem. No outro extremo tem o aluno, onde muitos não dispunham de um aparato tecnológico adequado, em especial, os oriundos de escolas públicas localizadas em áreas com elevados índices de vulnerabilidade social. Para o aluno portador de necessidades especiais, como a surdez, essa situação se agravou. Muitos ainda não dominavam o uso das TICs e foram abruptamente apresentados aos ambientes virtuais de aprendizagem, onde a maioria não possuíam os recursos mínimos de acessibilidade. O apoio da família também foi outro fator que influenciou na qualidade de ensino do aluno surdo, onde os pais não tinham conhecimento adequado em Libras. Com isso, foi possível perceber que a pandemia da Covid-19 trouxe consideráveis prejuízos educacionais ao aluno surdo, sendo necessário desenvolver ações que visem mitigar ou compensar esse impacto no período pós-pandemia.

Palavras-chave: Inclusão. Tecnologias da Informação e Comunicação. Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros meses do ano de 2020, o mundo vem enfrentando uma pandemia, disseminada por um vírus denominado Sars-Cov-2, agente causal da doença conhecida como Covid-19. Em virtude disso, diversos setores da sociedade foram obrigados a mudarem de hábitos e adotarem o distanciamento social, uso de máscaras faciais e álcool em gel como medidas protetivas. Dentro desse contexto, se encontram a suspensão das aulas presenciais, migrando para uma modalidade denominada de Ensino Remoto Emergencial até o abrandamento dos casos de Covid-19 e boa parte da população imunizada por meio de vacinas.

¹ Graduada do curso de Licenciatura Plena em Letras do Centro Universitário Internacional – UNINTER, prof.adrigomesrn@gmail.com;

² Professor orientador. Doutorando do Curso de Engenharia de Processos da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, prof.sanduelandrade@gmail.com.

Até o fechamento deste artigo, a maioria dos estabelecimentos de ensino de educação básica ainda estão adotando o Ensino Remoto Emergencial ou migrando gradativamente para uma modalidade híbrida, em especial as escolas públicas.

Essa mudança abrupta e inesperada no formato de ensino causou desconfortos tanto em professores quanto em alunos. Para o sucesso do Ensino Remoto Emergencial se faz necessário certo conhecimento sobre o manuseio das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, bem como, fomentar mudanças nas metodologias de ensino e aprendizagem adotadas.

Vale lembrar que o Ensino Remoto Emergencial não é sinônimo de Educação à Distância – EaD. A EaD é uma modalidade já consolidada e possui um formato próprio de ensino e aprendizagem com uma estrutura política e didática pedagógica própria. Já o ensino remoto emergencial resume-se em utilizar aparatos tecnológicos para que o aluno tenha acesso ao material didático e a explanação/interação do docente, em seu ambiente familiar, seja em momentos síncronos ou assíncronos.

Muitos docentes foram obrigados a se familiarizar com novas ferramentas em suas aulas, a exemplo do Google Meet[®], Google Forms[®], Google Classroom[®], Canva[®], OBS Studio[®], dentre outras. Para isso, além do conhecimento necessário para seu manuseio, o docente precisa dispor de um aparato tecnológico de qualidade, como computadores, webcam, notebook, microfone, internet de banda larga e um espaço adequado para gravação de suas aulas. Isso, sem mencionar que o docente não estava preparado em termos de didática e metodologia, sendo obrigado a se adaptar-se em tempo recorde a fim de mitigar os efeitos deletérios do fechamento das escolas.

Contudo, muitos pais de alunos de escolas públicas, principalmente as localizadas em áreas com elevados índices de vulnerabilidade social, relataram que não possuem um aparato tecnológico e uma internet de boa qualidade. Esta última, geralmente é compartilhada por várias famílias ou vizinhos. Isso provocou perdas da qualidade do processo educacional e conseqüentemente uma elevação dos índices de evasão escolar. Para mitigar essa deficiência tecnológica, muitas escolas disponibilizaram um material impresso com conteúdos elaborados pelos docentes, contendo resumos e atividades.

Essas dificuldades relatadas foram aguçadas quando o aluno possuía alguma necessidade especial, como a deficiência auditiva parcial ou total. O Conselho Nacional de Educação, no ano de 2001 publicou a Resolução n. 2 onde, em seu Art. 3º, assegurou recursos e serviços educacionais de modo a garantir o processo de ensino e aprendizagem dos educandos portadores de necessidades especiais em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001). O Decreto nº 5.626/2005, em seu Art. 14, destaca que é dever do Estado

disponibilizar o aparato tecnológico necessário, incluindo os recursos didáticos a fim de criar condições necessárias para a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Contudo, a mudança repentina na forma de ensino não possibilitou, de imediato, a inclusão do aluno surdo no processo educacional, podendo causar sérios efeitos deletérios na qualidade de ensino deste público-alvo. Sendo assim, esta pesquisa, de caráter bibliográfico, tem por intuito destacar as ações realizadas em âmbito educacional visando a inclusão do aluno surdo no contexto do Ensino Remoto Emergencial.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no período de julho a setembro de 2021. Consistiu em uma revisão sistemática, fazendo uso de dados obtidos na literatura acadêmica de qualidade. Para este levantamento, atentou-se para o uso de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, presentes nas bases de dados indexadas ao portal Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico, bem como monografias, teses, dissertações de instituições de renome, bem como legislações pertinentes ao tema e documentos oficiais.

Como critérios de seleção, foram adotadas bases literárias que apresentavam especificidades com o tema e a problemática em questão. Foram utilizados os artigos mais recentes, assim como a temática obriga, salvo casos específicos, como contexto histórico educacional e sobre as bases conceituais do ensino remoto e da educação de surdos. Foram excluídos os artigos que não continham relação com os objetivos avaliados, bem como, publicação que não dispuseram seu conteúdo na íntegra. Barros e Alves (2019) destacam que pesquisa mediante consulta bibliográfica possibilita ao pesquisador o acesso a um arcabouço maior de informações sobre o tema, sem prejuízo a outras metodologias, como os estudos de caso.

A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional em decorrência de uma pneumonia viral que estava ocorrendo em Wuhan, sétima cidade mais populosa da China. Foi descoberto que esta pneumonia era em decorrência do agente causal Sars-CoV-2, do grupo dos coronavírus, e denominando a doença como Covid-19 (OMS, 2020a). Em virtude disso, o Ministério da Saúde brasileiro fez a publicação da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020

declarando Estado de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (BRASIL, 2020). Em 11 de março de 2020, a OMS comunicou que o Sars-CoV-2 já estava presente em todos os continentes do globo, caracterizando-se como uma pandemia (OMS, 2020b).

Dentro deste contexto, em 17 de março de 2020, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 343/2020 onde substituiu o ensino presencial pelo Ensino Remoto Emergencial enquanto perdurasse o período pandêmico (MEC, 2020). Deste modo, os estabelecimentos de ensino, do básico ao superior, foram obrigados a suspenderem as aulas presenciais e a reorganizar o calendário escolar, incluindo as novas tecnologias de informação e comunicação para dar prosseguimento as aulas de forma não presencial para garantir o cumprimento da carga horária mínima anual, regulamentado no Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação em 28 de abril de 2020 (CNE, 2020).

Com o Ensino Remoto Emergencial em vigor, vários docentes tiveram que se familiarizar com novas ferramentas tecnológicas a fim de produzirem suas aulas e materiais pedagógicos. A fim de mitigar as barreiras tecnológicas para o docente, várias secretarias de educação e entidades privadas realizaram cursos de capacitações e formações continuadas para que os docentes desempenhem com sucesso suas atividades pedagógicas, possibilitando a gravação de suas aulas em formatos de curta duração, edição e disponibilização em plataformas de streaming de vídeos, onde o Youtube[®] foi a mais utilizada em decorrência do fácil manuseio e pela familiaridade dos discentes, que a usam como forma de entretenimento (OLIVEIRA et al., 2020).

Além das dificuldades em produzir conteúdo para o alunado em geral, esses desafios foram aguçados com relação ao atendimento ao aluno portador de necessidades especiais, com destaque para o aluno Surdo. Durante o Ensino Remoto Emergencial, muitos alunos surdos perderam o contato direto com uma figura importante, o Tradutor e Intérprete de Libras (SHIMAZAKI et al., 2020). Para Araújo e Ferreira (2021), o TILs é imprescindível para o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, não podendo ser subtraído durante o período pandêmico, além de cumprir a Lei de nº 10.098/2000, conhecida como Lei de Acessibilidade, que garante o acesso à informação por meio da LIBRAS. Souza et al. (2021) ressaltam que o TILs não deve exercer as funções do docente, mas se ater às funções comunicativas para facilitar a compreensão dos conteúdos pelo aluno surdo.

Entretanto, Shimazaki et al. (2020) salientam que na ausência deste profissional, exigirse-á ainda mais do docente, sendo obrigado a flexibilizar o currículo e adaptação dos materiais pedagógicos no intuito de garantir a acessibilidade do aluno surdo, oferecendo as mesmas condições do aluno ouvinte. De acordo com Sousa e Vieira (2020), é ideal que o docente busque

incorporar tecnologias e linguagem visual na ministração das suas aulas remotas quando não dispuser do TILs, visto que, um recurso visual pode estimular a curiosidade do aluno, favorecendo situações interativas no âmbito do ambiente virtual utilizado para as aulas remotas.

Vale salientar que a maioria dos docentes não possuem uma formação mais aprofundada em LIBRAS. Por possuir apenas o nível básico em LIBRAS, o material produzido pode ser o mais adequado para o aluno. Em virtude disso, a presença do TILs no planejamento educacional pode promover uma reflexão conjunta, adequando as metodologias e estratégias para alcançar o objetivo junto ao aluno surdo (SOUZA et al., 2021).

Souza (2021) destaca que o Ensino Remoto Emergencial deve contemplar o ensino do aluno surdo sob uma perspectiva bilíngue, onde este, tenha a Língua Portuguesa como uma segunda língua, além de estar sempre em contato com a LIBRAS nas atividades e nos materiais pedagógicos desenvolvido pelos docentes, com o auxílio do TILs.

Neste viés, Souza et al. (2021) realizaram um projeto que visou traduzir as aulas dos docentes em LIBRAS. Nas aulas assíncronas, o vídeo foi editado para inserir uma janela onde o TILs realizou a tradução e enviou para o aluno surdo. Nas aulas síncronas, a tradução ocorreu em tempo real. Em ambos os casos, sempre respeitando o que preconiza a norma ABNT NBR 15290:2005.

Nacinovic et al. (2020) relataram que muitos TILs fizeram uso de chamadas de vídeo através do aplicativo de troca de mensagens WhatsApp[®] e buscaram criar espaços junto aos docentes para estimular o uso da LIBRAS à turma. Os autores também destacaram o uso de jogos pedagógicos em LIBRAS para estimular o aluno surdo ou incentivar o aluno ouvinte a aprender determinados gestos ou sinais para facilitar a comunicação entre ambos.

Marcondes (2021) fez uso do aplicativo Hand Talk[®] como tecnologia assistiva para auxiliar na tradução para LIBRAS o conteúdo das suas aulas. Este aplicativo converte textos em áudio e imagem. Porém, seu funcionamento fica limitado a uma conexão de internet. O uso do Hand Talk[®] obteve efeitos benéficos no desenvolvimento socioemocionais, intrapessoais e interpessoais. Para Silva et al. (2021), as Tecnologias Assistivas possuem a capacidade de promover um desenvolvimento satisfatório e a emancipação do aluno surdo, se tornando uma ferramenta imprescindível no Ensino Remoto Emergencial.

BARREIRAS RELATADAS PELOS ALUNOS SURDOS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Não obstante as dificuldades enfrentadas pelos docentes durante a pandemia, os discentes foram os que mais demoraram a assimilar esta mudança da modalidade de ensino, em especial aqueles que dependem do ensino público e que residem em áreas com elevados índices de vulnerabilidade social. No contexto do aluno surdo, Shimazaki et al. (2020) relatam algumas dificuldades, como a questão econômica. Muitos não dispõem de condições financeiras para adquirir um aparato tecnológico adequado para o acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial, bem como, contratar um serviço de banda larga de qualidade.

Silva et al. (2021) reforçam que essa carência tecnológica tem excluído diversos alunos do processo educativo. Para Feitosa et al. (2020), a falta de uma conexão de internet consistiu no maior empecilho para o Ensino Remoto Emergencial. A língua também pode ter sido um empecilho quando a língua utilizada no ambiente familiar difere do ambiente escolar. Em outras palavras, nem sempre os pais ou responsáveis pelo aluno surdo dominam a LIBRAS, o que dificulta o auxílio destes nas atividades pedagógicas. Alves (2020) também destaca que em muitas residências de alunos não há computadores e possuem dispositivos móveis de baixa qualidade ou até mesmo obsoletos, com dificuldades para acessar os ambientes de aprendizagem e aplicativos de troca de mensagens, muito usado para a disponibilização das aulas, resumos e atividades. Tudo isso, aliado a falta de experiência dos pais e alunos quanto a interface das plataformas utilizadas como Google Meet®, Teams®, Zoom®, entre outros. Existem casos em que apenas o pai ou a mãe possui um smartphone onde o aluno pode acompanhar as aulas remotas e em virtude de usar o aparelho para as suas atividades laborais, o aluno só pode fazer uso do equipamento a noite ou até mesmo pela madrugada. Aliado a essa carência tecnológica, vários alunos de baixa renda também não possuem um local adequado para a realização das aulas remotas, onde um cômodo pode ser compartilhado por várias pessoas e para os mais diversos fins, podendo provocar distrações ou interrupções.

Para que o aluno surdo venha acompanhar as aulas remotas, seja de forma síncrona ou assíncrona, Simões (2020) reforça que se faz necessário uma tradução em LIBRAS ou, no mínimo, uma legenda da fala do professor. Quando não há essas ferramentas, a escola transfere para os pais a responsabilidade de tornar o conteúdo das aulas de forma assimilável para o aluno surdo. Simões (2020) destaca que existem alunos que ainda não foram alfabetizados em LIBRAS ou estavam em processo de alfabetização quando as aulas presenciais foram suspensas, comprometendo o desenvolvimento linguístico e cognitivo. Souza et al. (2021) também destaca que existem alunos surdos que não dominam a Língua Portuguesa, o que dificulta a compreensão das legendas. Neste caso, o mais ideal é a tradução em Libras pelo TILs. Na ausência deste profissional, os alunos surdos relatam dificuldades em compreender

determinados enunciados das atividades elaborada pelos docentes, dificultando ou impossibilitando a realização das atividades (SHIMAZAKI et al., 2020).

Quando o aluno não tinha condições de acompanhar as aulas remotas, muitas escolas disponibilizaram um material impresso, em formato de apostilas, que foram entregues aos pais ou ao próprio aluno periodicamente. Em alguns casos foram utilizados até os Correios para entrega desse material aos alunos, quanto estes residiam em localidades distantes ou até mesmo em outros municípios (SHIMAZAKI et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória que a pandemia da Covid-19 tem causados sérios prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem, ampliando a desigualdade social. O aluno de baixa renda, em sua maioria, ficou praticamente inassistido no tocante aos recursos teológicos indispensáveis para que o Ensino Remoto Emergencial possa ocorrer. Para o aluno surdo, estes prejuízos foram mais significativos por muitos ainda não dominarem as novas tecnologias de informação e comunicação, bem como, não dispor de conteúdos adaptados, como a tradução das aulas em LIBRAS. Sendo assim, se faz necessário mais estudos para tentar aferir os efeitos deletérios que a pandemia provocou na qualidade do ensino do aluno surdo e como mitigar esses efeitos no período pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Norma NBR 15290**: Acessibilidade em comunicação na televisão. 2005. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2015290.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2021.

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.

ARAÚJO, B. R. N.; FERREIRA, R. V. A Libras diante da pandemia: a importância do intérprete no contato linguístico. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 11, n. 33, p. 1-14, 2021.

BARROS, H. A.; ALVES, F. R. V. As principais abordagens de ensino para o Surdo: e a valorização da cultura dos Surdos. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, p. 10, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em 25 set. 2021.

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º: 5/2020.** Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

FEITOSA, M. C.; MOURA, P. S.; RAMOS, M. D. S. F.; LAVOR, O. P. Ensino Remoto: O que Pensam os Alunos e Professores?. In: **Anais do V Congresso sobre Tecnologias na Educação.** SBC, 2020. p. 60-68.

IDOETA, P. A. Os desafios e potenciais da educação à distância, adotada às pressas em meio à quarentena. **BBC News Brasil**, v. 17, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52208723>>. Acesso em: 28 set. 2021.

MARCONDES, L. G. R. A utilização do aplicativo Hand Talk como Tecnologia Assistiva no ensino de alunos ouvintes: relato de experiência dentro do ensino remoto emergencial. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade—RIET**, v. 2, n. 2, p. 205-217, 2021.

MEC. Ministério da Educação. **Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 20 set. 2021.

NACINOVIC, R. C. P.; VARGAS, T. B. T.; GODOI, V. N. O. Caminhos para o ensino de Libras na pandemia: a sala de recursos presente no território. In. INSFRAN, F.; CALLAI, C.; ANDRADE, F. M. R. GOMES, G. R. R.; MIRANDA, J. C. **Pandemia e suas interfaces no ensino.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 380p.

OLIVEIRA, R. M.; CORRÊA, Y.; MORÉS, A. Ensino remoto emergencial em tempos de covid-19: formação docente e tecnologias digitais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 5, p. e020028-e020028, 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020.** Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 24 set. 2021. A

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV).** Disponível em: <[https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Acesso em: 24 set. 2021. B

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J.; FELLINI, D. G. N. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, 2020.

SILVA, I. R.; FREITAS, T. N.; ARAÚJO, N. F. M.; SOUSA, D. L. S.; ARAÚJO JÚNIOR, M. A.; MEDEIROS, A. M.; SILVA, R. S. Acessibilidade digital em tempos de ensino remoto. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e60010414966-e60010414966, 2021.

SIMÕES, R. C. S. **Educação na pandemia: a realidade do ensino remoto para surdos no município de Pirpirituba/PB**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal da Paraíba. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/1192>>. Acesso em: 04 out. 2021.

SOUZA, A. C. S. L. M.; LIMA, A.M.S.; SALAZAR, S. A. C.; MOREIRA, S. S. M.; FAUSTO, I. R. S.; SILVA JÚNIOR, G.G; RODRIGUES, M. A inclusão do aluno surdo em tempos de pandemia: um relato de experiência. In. **Pesquisas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: Inter. 2**, 2021. Disponível em: <<https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/2-A-inclusao-do-aluno-surdo-em-tempos-de-pandemia-um-relato-de-experiencia.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2021.

SOUZA, C. J.; VIEIRA, A. A. A utilização das tecnologias assistivas para alunos surdos em tempos de pandemia. **Itinerarius Reflectionis**, v. 16, n. 1, p. 01-25, 2020.

SOUZA, M. F. M. **O ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos no contexto do ensino remoto**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal da Paraíba. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/1215>>. Acesso em: 04 out. 2021.